



CERTIDÃO	
Certifico e dou fé que, hoje, afixei um exemplar deste Edital na/o:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Câmara Municipal de Cascais
<input type="checkbox"/>	Junta de Freguesia da última residência conhecida
<input type="checkbox"/>	Última residência conhecida do notificado
<input checked="" type="checkbox"/>	Prédio objeto do procedimento
<input checked="" type="checkbox"/>	Junta de Freguesia do prédio objeto do procedimento
Cascais, 10.../4.../2026	
NT	

## EDITAL N.º 120/2026

Filipe Meirinho, Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização, em regime de substituição, nomeado por despacho nº 15/2026, de 1 de fevereiro, **FAZ PÚBLICO E NOTIFICA**, ao abrigo do Artigo 112º, nº 1, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo DL nº 4/2015, de 7 de janeiro:

**DESCONHECIDO**, com última morada conhecida, desconhecida, cujo paradeiro atual se desconhece,

### De que:

Se encontra em curso o procedimento administrativo com o número PLT-22/2026, que corre termos na Divisão de Fiscalização Geral do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização de Cascais, relativo ao prédio urbano sito Prolongamento da Rua de Santo António, Adroana, Freguesia de Alcabideche, o qual se encontra em violação do disposto no Artigo 22º/1, do Regulamento de Espaços Verdes e de Proteção da Árvore (REVPA), publicado em Separata ao Boletim Municipal de 11-12-2014, doravante designado por REVPA.

Face ao risco resultante da violação do dever acima referido, foi adotada, por Despacho de 30-03-2026 do Exmo. Sr. Vereador Frederico Almeida Nunes, a seguinte **DECISÃO**:

1. Determinar a notificação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel acima identificado para, no prazo de **dez (10) dias** a contar da data da notificação, procederem à limpeza de terreno Rústico, efetuando corte da vegetação espontânea na sua totalidade, de modo a restabelecer a circulação pedonal ao caminho..., removendo todos os resíduos/vegetação espontânea/lixos de qualquer natureza que ali se encontrarem acumulados;
2. Caso as medidas ordenadas não sejam concluídas dentro do prazo para o efeito fixado, a Câmara Municipal procederá à execução coerciva das tarefas em causa a expensas do notificado, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 22º do referido REVPA, para o que fica desde já notificado, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 4 do artigo 177º do Código do Procedimento Administrativo;
3. A execução coerciva, a efetivar por intermédio de terceiro nos termos do disposto no artigo 181º do Código do Procedimento Administrativo, importará os custos previstos na tabela de preços praticada pela EMAC – Empresa de Ambiente de Cascais, Empresa Municipal, S.A., aos quais serão acrescidos os respeitantes ao depósito dos resíduos;
4. Mais se notifica de que, sem prejuízo da possibilidade de execução coerciva limpeza, nos termos referidos no ponto anterior, o desrespeito da ordem é suscetível de o fazer incorrer na prática do crime de desobediência p. e p. pelo Artigo 348º, nº 1, al. b), do Código Penal, para o que fica o notificado desde já devidamente advertido e ciente de que tal facto será comunicado ao Ministério Público da Comarca Lisboa Oeste – Secção Criminal de Cascais – para instauração de inquérito;

5. O processo pode ser consultado, nos termos do Art. 83.º do CPA, nas instalações da Divisão de Instrução Processual e Gestão Administrativa do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização, sita na Rua António Andrade Júnior, nº 112, 2750-064 Cascais, mediante requerimento a apresentar na Loja Cascais, sita na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118 - Piso - 1, 2750-421 Cascais, ou através do endereço de correio eletrónico [atendimento.municipal@cm-cascais.pt](mailto:atendimento.municipal@cm-cascais.pt), devendo no assunto ser feita expressa referência ao número deste processo.

Para constar se publica o presente EDITAL, do qual vão ser afixadas cópias na Câmara Municipal de Cascais, no último domicílio conhecido do destinatário e na sede da junta de freguesia da residência.

E eu,  Eng.º Jorge Oliveira, Chefe de Divisão de Fiscalização Geral, o subscrevo.

Cascais, 1 de abril de 2026  
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO

  
Filipe Meirinho